

## **Novos atores em movimento: o veganismo como prática política<sup>1</sup>**

### **Fernanda Mattos de Lima Valença**

Acadêmica no curso de Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Endereço eletrônico: [fernandasottam@hotmail.com](mailto:fernandasottam@hotmail.com)

### **Davide Carbonai**

Doutor em Sociologia econômica pela Università di Teramo e professor adjunto do curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Endereço eletrônico: [davide.carbonai@unipampa.edu.br](mailto:davide.carbonai@unipampa.edu.br)

### **Ronaldo Bernardino Colvero**

Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela PUC-RS e professor adjunto do curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Endereço eletrônico: [ronaldocolvero@unipampa.edu.br](mailto:ronaldocolvero@unipampa.edu.br)

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é verificar a identificação do veganismo como um movimento social, observando simultaneamente a consonância de suas ações como forma de prática política. Em andamento, a pesquisa considera as literaturas existentes sobre as tipologias de participação política e teorias de movimentos sociais. Sobre a temática do veganismo buscamos, a partir de entrevistas e outros documentos, compreender a amplitude do fenômeno no Rio Grande do Sul. As entrevistas são do tipo semiestruturadas gravadas e serão aplicadas em restaurantes veganos na cidade de Porto Alegre. O veganismo englobaria práticas alimentares e sociais direcionadas pela não exploração ou uso de animais em diversos setores: desde uma dieta alimentar estritamente vegetariana ao ativismo e boicote a produtos, eventos e serviços que testem, explorem ou usem animais. Existem poucos levantamentos a respeito do veganismo em si, sendo possível encontrar maiores informações sobre o vegetarianismo. De modo que, segundo institutos de pesquisa, Porto Alegre concentra 6% de vegetarianos, o mais baixo percentual comparando com a média das demais capitais brasileiras, de 8%. Observa-se que as práticas alimentares e demais ações que permeiam a identidade deste grupo implicariam em uma forma de prática política que teria respaldo nos estudos de participação política. Pelas novas tipologias de participação política consideramos aquelas que comportam a modalidade de participação direta e não-violenta e, principalmente, aos canais de extrarrepresentação de expressão política como o protesto e a “consumer participation”, sendo este último a referência central do trabalho no que diz respeito à participação política do grupo vegano.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Participação Política. Veganismo.

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014).

## **Dimensões iniciais da pesquisa**

O objetivo deste trabalho é verificar a identificação do veganismo como um movimento social, observando simultaneamente a consonância de suas ações como forma de prática política. Em andamento, pesquisa considera as literaturas existentes sobre as tipologias de participação política e teorias de movimentos sociais. Sobre a temática do veganismo buscar-se-á em um segundo momento, a partir de entrevistas e outros documentos, compreender a amplitude do fenômeno no Rio Grande do Sul. As entrevistas serão do tipo semiestruturadas gravadas e serão aplicadas em restaurantes veganos na cidade de Porto Alegre.

Para o presente artigo se busca compreender três dimensões básicas a partir do eixo inicial sobre o veganismo: o Veganismo e Vegetarianismo – o que é o veganismo e sua diferença dos tipos de vegetarianismo; Base teórica para compreensão da participação política do grupo vegano – que comporta as tipologias classificatórias internacionais a respeito; Veganismo: um movimento social? – que traz uma breve revisão sobre as teorias a respeito, enfatizando o papel dos Novos Movimentos sociais; seguida das considerações finais.

### **1 Veganismo**

O veganismo englobaria práticas alimentares e sociais direcionadas pela não exploração ou uso de animais em diversos setores: desde uma dieta alimentar estritamente vegetariana ao ativismo e boicote a produtos, eventos e serviços que testem, explorem ou usem animais.

Tem estado em pauta a necessidade de formas sustentáveis de relação do ser humano e natureza, de maneira que o veganismo ganha destaque por se valer de práticas com o uso da alimentação como propulsora não só de condições orgânicas mais saudáveis, como também de um estilo de vida que minimize o impacto ambiental. Nesse caso o também intitulado *vegan movement* repensaria o especismo<sup>2</sup> característico da atual sociedade onívora sobre as demais formas de vida animal, como se pode detectar no movimento vegano. Segundo a Sociedade Vegana:

---

<sup>2</sup> Conceito importante para o trabalho. Segundo o site da Sociedade Vegana: “O especismo define-se pela discriminação arbitrária daqueles que não pertencem a uma determinada espécie. A maior parte dos humanos seriam especistas perante os restantes animais, uma vez que os consideram seres inferiores e os colocam num patamar abaixo do seu, não lhes conferindo qualquer tipo de direitos.” Disponível em: <http://www.sociedadevegan.com/discriminacao-animais-especismo#sthash.8IwgAJP3.dpuf>. Acesso em: 20 de nov. de 2013.

Veganismo é o modo de vida que busca eliminar toda e qualquer forma de exploração animal, não apenas na alimentação, mas também no vestuário, em testes, na composição de produtos diversos, no trabalho, no entretenimento e no comércio. Veganos opõem-se, obviamente, à caça e à pesca, ao uso de animais em rituais religiosos, bem como a qualquer outro uso que se faça de animais. Disponível em: <[sociedadevegana.org](http://sociedadevegana.org)> Acesso em: 26 de nov. de 2013.

Existem poucos levantamentos a respeito do veganismo em si, sendo possível encontrar maiores informações sobre o vegetarianismo. De modo que, segundo institutos de pesquisa, Porto Alegre concentra 6% de vegetarianos, o mais baixo percentual comparando com a média das demais capitais brasileiras, de 8%.

Sobre o tema vegetarianismo-veganismo são poucas as publicações e estudos no meio acadêmico. Uma das poucas áreas que se aproximam da questão é presente na Sociologia da Alimentação ou mesmo Antropologia. Isso se justifica por trabalhos como de Poulain (2003) sobre a noção de “espaço social alimentar”. A autora defende que existiriam vários aspectos importantes para o entendimento da alimentação em dada sociedade, o que remete ao trabalho que se desenvolve observando o modelo alimentar vigente e as conexões com o meio. Outro artigo, de Canesqui (1988) relaciona o consumo de alimentos com a antropologia cultural. Ela implica sobre o impacto do quanto pode ser absorvido das práticas, hábitos e concepções do consumo alimentar. Nesse sentido, é possível compreender que o consumo de carne encontra-se enraizado nas práticas da sociedade e seu uso não encontraria no senso comum significado mais amplo que o alimentar.

As manifestações desse tipo de grupo ganha atenção nacional e internacional por meio de protestos e reivindicações em empresas e eventos de grande visibilidade, em eventos de moda que reúnem marcas que utilizam pele de animais para casacos ou acessórios; ou ainda com manifestações pacíficas em estabelecimentos alimentícios de atuação internacional.

### **1.1 Veganismo e Vegetarianismo: estabelecendo distinções**

Como termo, o veganismo passa a ser usado em 1944 por Donald Watson. Este, um dos fundadores da Vegan Society (Reino Unido), motivou-se pela criação do termo tendo em vista que até então não se era feita distinção entre vegetarianismo e veganismo.

O veganismo seria motivado basicamente por quatro eixos distintos e não necessariamente relacionados: questão ética da abolição animal, saúde, impacto

ambiental e ainda por questões religiosas. Podemos diferenciar o veganismo de três tipos de vegetarianismo: Ovo-lacto-vegetarianismo do qual se é eliminado todos os tipos de carnes, contudo, ainda se consomem ovos e laticínios; Lacto – vegetarianismo que se diferencia do anterior pela também exclusão de ovos na dieta alimentar; Vegetariano estrito – compete ao tipo de alimentação adotada pelos veganos, usada muitas vezes como sinônimo do veganismo, que no entanto só diz respeito às questões alimentares, pelo ao qual além de eliminar todos os tipos de carne, elimina ovos e laticínios, muitas vezes optando pela exclusão do mel.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOPE)<sup>3</sup> cerca de 15,2 milhões de pessoas se declaram vegetarianas no Brasil. Isso se traduz em termos percentuais como 8% de toda população das principais capitais e cidades brasileiras. Nesse contexto a pesquisa trouxe que a cidade de Porto Alegre (RS) registrou o menor índice das áreas consultadas: 6 % de vegetarianos.

Um dos poucos clássicos que é efetivamente da área deste estudo é o livro “Libertação Animal” do professor, titular de bioética da Universidade de Princeton, Peter Singer. O livro é referência na literatura sobre os movimentos pelos direitos dos animais e sobre os reflexos e benefícios do veganismo. Constitui, para o trabalho que se desenvolve, uma obra básica de consulta, já que engloba questões éticas que permeiam o consumo de carne, a questão econômica, o vegetarianismo como alternativa de baixo impacto ambiental, entre outros. Trata-se de um trabalho científico que traz respaldo para conceitos conhecidos ou não na academia, como o termo especismo, o ponto de partida para as reflexões do autor:

Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferir mais peso aos interesses de membros de sua etnia quando há um conflito entre os próprios interesses e os daqueles que pertencem a outras etnias. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecer os interesses do próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua própria espécie se sobreponham aos interesses maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos. (Singer, 2013:15)

Nesse sentido, a questão ética é um dos pontos constantemente referenciados a partir de informações sobre as leis de proteção aos animais, sua vigência e atuação nos mais diversos países, trazendo informações pesquisas e fotos sobre os processos de matadouros, testagem e métodos violentos de manutenção dos animais. Sobre o assunto:

---

<sup>3</sup> Pesquisa publicada em outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Dia-Mundial-do-Vegetarianismo-8-da-populacao-brasileira-afirma-ser-adepta-ao-estilo.aspx>> Acesso em: 10 de jan. de 2014.

Entendemos que a exploração e o uso de animais não humanos englobam todas essas três formas: há leis que regulamentam o zoológico, os abatedouros, os circos, etc; entendemos que os hábitos alimentares, de entretenimento, entre outros, que subjugam as diferentes espécies são a reprodução da ideologia especista, e, portanto, devem ser modificados; por fim, identificamos um descaso dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e aí incluímos o Ministério Público, na falta de fiscalização e aplicação do artigo 225 da Constituição Federal, que estabelece a proibição de crueldade aos animais; [...]. (Disponível em: <[http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pageNum\\_artigos=1&totalRows\\_artigos=70&cod=16](http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pageNum_artigos=1&totalRows_artigos=70&cod=16)>, acesso em: 29 de maio de 2014)

Por meio da internet já é possível assistir filmes-documentários sobre este assunto com legendas em português como um dos principais filme-documentários da área: “Terráqueos”, que é apontado como uma das melhores referências a respeito. Ou mesmo produções do país, como o caso do vídeo “A Engrenagem” produzido pelo instituto Nina Rosa e disponível no site do instituto. O título deste faz referência às explanações do vídeo que traz dados sobre o consumo de carne versus a fome mundial e recursos naturais, demonstrando como funcionaria a engrenagem social nesse contexto. A respeito disto, Singer (2013) aponta que:

A produção de carne também consome outros recursos, Alan Durning, pesquisador do woeldwatch Institute, grupo de especialistas em meio ambiente de Washington, calcula que 450 gramas de bifes de novilhos criados em curral de engorda custam 2,26 quilogramas de grãos, 9.450 litros de água, energia equivalente a 3,8 litros de gasolina e cerca de 16 quilos de solo erodido. Mais de um terço da América do Norte é ocupada por pastagens, mais da metade das terras cultivadas nos Estados Unidos são usadas para plantações destinadas a alimentar os animais de criação e mais de metade de toda a água consumida daquele país vai para eles. Com relação a todos esses aspectos, os alimentos de origem vegetal consomem muito menos recursos e agredem bem menos o meio ambiente. (Singer, 2013: 244)

O viés político do tema encontra-se implícito também na questão dos valores dos atores. Easton (1967) aborda conceitos de extrema importância nesse sentido, como por exemplo sobre o que torna os valores dos atores como condicionantes para prática política dos indivíduos e maneira isto ocorreria. A partir de questões como essa, a obra está sendo utilizada de maneira a respaldar o comportamento desses atores sociais, observando assim de que forma eles constituem um grupo social atuante dentro do significado de política.

## **1.2 Base teórica para a compreensão da participação política do grupo vegano**

O trabalho “Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação” de Borba (2012) serviu de base sobre o assunto e trata, a partir de ampla literatura da Sociologia Política, a temática da participação, com base nos estudos internacionais das tipologias classificatórias. É um trabalho importante para o estudo por trazer conceitos e perspectivas não presentes em edições brasileiras.

A partir do trabalho desenvolvido pelo autor constatamos a urgência, no caso brasileiro, de uma maior difusão de pesquisas que considerem a ação política desvinculada do momento eleitoral, ou seja, não ligadas apenas aos estudos tradicionais. Isso pelo fato de haver uma constante preocupação por parte dos cientistas políticos com as novas modalidades de participação política onde, no entanto, percebeu-se não haver uma quantidade considerável de trabalhos a respeito, fora do contexto europeu por exemplo. E como foi possível constatar nesta pesquisa, de alguns conceitos trabalhados pelas novas tipologias de participação política.

Os estudos clássicos sobre participação teriam se iniciado com os trabalhos de Milbrath (1965), tendo se perpetuado por uma grande gama de conceitos e definições até chegar em estudos mais recentes, onde encontramos as novas tipologias de participação e suas respectivas abordagens. Para aplicação no caso do veganismo, iremos considerar algumas das novas tipologias, principalmente, que possuem ampla identificação com a proposta do grupo, como veremos em seguida.

Com uma recapitulação dos autores mais importantes são lembradas as definições tradicionais da participação, que teria como objetivo maior influenciar a tomada de decisão do governo, como colocam Huntington e Nelson (1977). Nesse ponto, não se encontra identificação exata com o grupo vegano. Isso pelo fato de que, embora possam se valer de ações no sentido mencionado, o veganismo não pode servir de exemplo por sua postura diferenciada diante do que propõe. Como exemplo de uma atuação em torno da agenda política, temos os protestos e manifestações a favor da proibição de teste em animais para produtos de cosméticos.

Nesse sentido, Borba (2012) cita alguns dos mais importantes, que tratam sobre as práticas políticas não voltadas apenas para questão dos governantes. São eles: Teorell, Torcal e Montero; Van Deth. Estes tratam de conceitos a respeito do boicote de determinados produtos, relevantes no entendimento das formas de consumo do grupo vegano.

Ao citar colocação de Verba & Nie (1972) para a ação política, sobre o direcionamento desta para a alocação de valores em dada sociedade, remete à ação direta:

A participação política é o conjunto de ações e de comportamentos que aspiram a influenciar, de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal, as decisões do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, conseqüentemente, os valores) do sistema de interesses dominante. (Pasquino, 2010: 74):

A citação é importante porque, embora trate de uma definição tradicional da participação política, também levanta outra questão direcionada ao estudo, seria ela: a intenção de modificação da estrutura e valores do sistema condicionante (nesse caso especista). Isso ocorreria pelo entendimento do grupo *vegan* de que a sociedade está pautada em valores equivocados a respeito dos direitos de propriedade e exploração dos animais, incorrendo em uma atitude voltada contra esse sistema de valores, objetivando, dessa maneira, o propósito de transformá-lo, dessa maneira:

O campo da política não pode ser descrito apenas como uma realidade voltada para a luta pelo poder. Na atividade política também estão envolvidos determinados valores e princípios que guiam esta atividade. Quando compartilhados por indivíduos, grupos ou organizações sociais e voltados para ação prática na sociedade, estes ideais, valores e princípios são chamados de “ideologias políticas.” (Sell, 2007: 51)

Esse é um dos pontos que, teoricamente, pode-se aproximar o objeto de estudo de fato da ciência política, já que existem autores, como David Easton, que demonstram estudos dos valores dos indivíduos como condicionantes para a prática política, o que nos leva a considerar que os valores que motivam os atores sociais a aderirem ao veganismo implicaria em uma prática política, quando avaliada as dimensões do fenômeno.

O autor explica que a palavra “ideologia” é um dos conceitos mais recorrentes nas Ciências Sociais e que de uma forma geral seria possível aferir dois tipos de noções: no sentido negativo – falsas idéias e no sentido positivo – projeto político.

Ao lado da compreensão marxista do conceito de ideologia, podemos falar também do sentido positivo desta palavra. De acordo com Bobbio, ideologia no sentido positivo “designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. (Sell, 2007: 52)

O sentido atribuído por Bobbio ao conceito de ideologia é exatamente o que está sendo usado no trabalho, de modo que consideramos aqui o viés positivo. Sell (2007)

explica que nesse segundo sentido, a ideologia refere à forma como se entende que a sociedade deve ser ordenada, estabelecendo uma relação entre sociedade e Estado. Sobre isso:

Por um lado, elas estão determinadas pelos valores, princípios e visões de mundo. Portanto, pode haver tantas ideologias quantos forem os princípios vistos pelos indivíduos como necessários para organizar a ordem social e política. Por outro lado, as ideologias políticas estão sempre ligadas a grupos sociais, movimentos e partidos políticos. Neste caso, as ideologias serão sempre as orientações que estes diversos atores procuram dar à sua ação política na sociedade. (Sell, 2007: 53)

Nesse caso o grupo social (ou mesmo movimento social, como pretende-se verificar) comporta valores que implicam em um projeto de como deve ser a relação entre Estado e sociedade. O sistema de produção é duramente criticado quando trata da forma como os animais são inseridos como produtos no capitalismo; assim com a forma como o Estado se posiciona é pauta de manifestações, como exemplo disso temos as manifestações pela proibição do teste de cosméticos em animais.

Nesse contexto inserimos, inicialmente, a noção de movimento social como forma de participação. Já que, ainda de acordo com o texto de Borba (2012) pela definição de Pizzorno (1966), um movimento social representaria uma empresa coletiva com vias de transformação da sociedade. Isso seria condicionado pela construção de uma identidade, que mesclaria identidades políticas e privadas. Seria dessa maneira uma ação não direcionada ao governo, dinâmica nas formas de participação e mutável pelas condições em que esteja inserida.

Considera-se por essa perspectiva, no que diz respeito às primeiras classificações de participação política, que:

As atividades orientadas para o cidadão, exemplificadas pela participação através do voto e pela filiação a partidos, obviamente continua sendo importante para democracia, mas hoje representam uma conceituação estreita demais do ativismo, que exclui algumas metas mais comuns do engajamento cívico, que se tornaram convencionais e predominantes. (Borba, 2012: 270 em Norris, 2007: 639)

Recorremos a uma definição básica de ativismo, da qual será melhor explanada mais adiante no trabalho, com tipologias específicas de classificação. A princípio, pode-se associar o veganismo com o seu sentido, já que:

[...] ativismo não é simplesmente haver mais do que uma pessoa, como em um cinema, mas um sentido de solidariedade em busca da transgressão. Deve haver um sentido de identidade compartilhada, que pode ser entendido nesta etapa como pessoas reconhecendo, umas nas outras a raiva, o medo, a

esperança ou outras emoções que sintam quanto a uma transgressão.<sup>4</sup> (Jordan, 2002: 11-12).

Antes compreendidas como casos singulares de países menos desenvolvidos, o protesto e a contestação passariam a ser reconhecidos como uma forma de participação política. Com isso, abriu-se grande possibilidade de reformulações sobre como são medidas e estruturadas as tipologias de participação. Um dos frutos dessa nova linha de pensamento teria se dado pela formulação do projeto *Political Action*, iniciado em 1971, que trouxe uma divisão das práticas de participação política consideradas convencionais e não convencionais. A partir disso criou-se uma escala, intitulada Tipologia do repertório da ação política:

### Tipologia do repertório da ação política

Escala de Participação Política convencional (PC)								
Escala potencial de protesto (PNC)	Nenhuma das atividades (0)	Ler sobre política nos jornais (1)	Discutir política com amigos (2)	Trabalhar com outras pessoas na comunidade (3)	Trabalhar para partidos políticos ou candidaturas (4)	Convencer os outros a votar da mesma forma que você (5)	Participar de campanhas políticas ou comícios (6)	Contato com funcionários públicos (7)
Nenhuma das atividades (0)	<b>INATIVOS (PC= 0 a 1/ PNC= 0 a 1)</b>  <b>CONFORMISTAS (PC= 2 a 7/ PNC = 0 e 1)</b>							
Abaixo-assinado (1)								
Manifestações legais (2)								

<sup>4</sup> Tradução de “*Transgression is essential to activism because collective action lacks a political aspect unless change is demanded. Whether the change is the end of global capitalism or the abolishing of an Easter-bonnet parade, the fact that some transgression of an existing state of affairs is called for is essential for a collective action to be political. (...) Activism is essentially something done together by many people, but we must be careful with the sense of group or collective that is employed here. What is essential to activism is not simply being more than one, as we are in a cinema, but a sense of solidarity in pursuit of transgression. There has to be a sense of shared identity, which can best be understood at this stage as people recognizing in one another the anger, fear, hope or other emotions they feel about a transgression.*” Feita por Érico Gonçalves de Assis na dissertação de mestrado “Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo” (2006). Disponível em: <http://www.pontomidia.com.br/erico/rodape/ericoassis-dissertacao.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2014.

Juntar-se a boicotes (3)	<p><b>REFORMISTAS (PC=2 a 7/PNC= 2 a3)</b></p> <p><b>ATIVISTAS (PC= 2 a 7/PNC=3 a 7)</b></p> <p><b>PROTESTERS (PC= 0 a 1/ PNC= 2 a 7)</b></p>
Recusar-se a pagar taxas e aluguéis (4)	
Ocupar prédios e fábricas (5)	
Bloquear o tráfego com demonstrações (6)	
Participar de greves (7)	

Fonte: Adaptação de Borba (2012: 271) do trabalho de Barnes e kaase (1979: 154)

Como destaca Borba (2012), os dois tipos de participação e suas subdivisões (convencional e a não convencional) não se excluem, como é possível observar na tabela acima. Isso entra em concordância com proposta do veganismo quando se entende que além da prática de protesto adotada primariamente por qualquer ator que se considere *vegan* (como no boicote a produtos que receberia classificação 3 pela PNC da tabela, de maneira que podemos concluir que todo vegano é um potencial reformista) existe a possibilidade de participação em níveis maiores de ambas as classificações. Ainda de acordo com a tabela, a ocupação de prédios e fábricas (5) compreende os indivíduos tanto na escala de ativistas como de *protesters*. Nesse sentido, podemos fazer uma associação com a Frente de Libertação Animal que, representaria uma “ação direta”, segundo o Instituto de Abolição Animal:

Seria um modo também de ativismo, porém que se utiliza de formas mais contundentes de resistência, empregando, muitas vezes, meios não tão pacíficos. A Frente de Libertação Animal – FLA – é conhecida por invadir laboratórios onde são feitas experimentações animais, abatedouros, e, sempre que podem, libertam tais criaturas de suas jaulas. (Disponível em: <[http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pageNum\\_artigos=1&totalRows\\_artigos=70&cod=16](http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pageNum_artigos=1&totalRows_artigos=70&cod=16)>, acesso em: 29 de maio de 2014)

Ainda sobre o projeto *Political Action*, Borba (2012) explana sobre sua importância: teria sido um marco na temática de participação, já que inovou em considerar práticas não convencionais, como vimos anteriormente, como forma de

prática política. De maneira que os cientistas sociais, que fizeram parte do projeto, puderam contribuir substancialmente com o desenvolvimento do estudo e difusão de novos conceitos. Essa nova expansão daria lugar também a diferentes perspectivas:

A linha enfraquecida entre as esferas políticas e não políticas da sociedade moderna e o ressurgimento das abordagens toquevilianas e comunitárias levaram a uma expansão da participação política, com atividades ‘civis’ como o voluntariado e o engajamento social. (Borba, 2012: 280 em Van Deth, 2001: 6)

Ao relacionar e ampliar as definições do fenômeno com os conceitos de participações do tipo política e social o projeto configurou uma análise inédita em termos empíricos. No entanto, essa expansividade de conceitos sofreu críticas, no sentido de correr o risco de se perder parâmetro básico do que seria o conceito de participação política. Assim, os autores criaram denominações mais específicas para as formas de participação política e social. Sobre isso, destaca-se os conceitos de “elite challenging” e “cause oriented”, referenciados pelo autor:

[...] Já as “elite challenging”<sup>5</sup>, seriam aquelas formas de ação diretas, não institucionalizadas, cujos exemplos mais representativos seriam as realizadas através de protestos e boicotes. Segundo a teoria inglehartiana, tais ações, estariam em ascensão, sendo um dos indicadores da emergência de valores pós-materialistas. [...]. Do mesmo modo, Pippa Norris (2007) propõe a diferenciação entre ações “cause oriented”, exemplificada também pelos movimentos sociais e as atividades de protesto, e aquelas “citizen oriented” cujos exemplos seriam a política partidária e a participação em eleições.” (Borba, 2012: 274)

Até esse ponto o autor trabalha com as definições tipológicas clássicas, das quais já trazem os protestos e boicotes, onde destacamos esta última prática, como forma de ação política. Isso já serviria de base na defesa do veganismo como prática política, porém, além dessas, podemos verificar mais definições a partir das chamadas “novas tipologias”.

Tomando por base de um survey realizado pela Universidade Santiago da Compostela e desenvolvido por Sabudeco e Arce (1991), buscou-se compreender o nível de relação de variadas atividades políticas, segundo a identificação dos próprios autores, como sintetiza Borba (2012). O estudo produziu uma classificação em dois *clusters*, do qual nos deteremos no último:

---

<sup>5</sup> Inglehart e Welzel (2009).

[...] O segundo cluster (atividades ilegais) também produziu dois subgrupos. Um deles agrupou as atividades consideradas violentas (atentar contra a propriedade e violência armada) e um segundo que agrupou modalidades não violentas: boicotes, greves não autorizadas, protestos não autorizados, ocupação de prédios e interrupção do tráfego de veículos. (Borba, 2012: 275)

O autor explana que o estudo teve como resultados quatro estratos de participação, são eles: persuasão eleitoral; participação convencional; participação violenta; participação direta; não violenta. Com isso seria possível maior firmeza de classificação quanto ao tipo de participação. Nesse caso, entendemos a participação direta e não violenta as práticas adotadas pelo veganismo.

Outro trabalho survey, essencial para o presente trabalho foi o projeto Citizenship Involvement (CID), desenvolvido nos EUA por Teorell, Torcal e Montero (2007). Que abordariam os tipos de participação e ação políticas, relacionadas com os seguintes elementos: voto; partidos; atividades de protesto; uso político da internet. Para isso, a pesquisa foi ordenada em dois universos, o primeiro relativo aos canais de representação (voto e prática partidária) e ou extrarrepresentação (protesto e o conceito que trabalharemos: *consumer participation*), existindo ainda uma dimensão mista a qual os autores denominam como “contato político”. E como forma de influência seriam:

“[...]“saída” (voto, a “consumer participation”) e ou “voz” (atividade partidária, protesto e contato).” (BORBA, 2012: 276). O que se representa na tabela a seguir:

		Canal de expressão	
		Representacional	Extra Representacional
Mecanismo de Influência	“Saída”	Voto	Consumer Participation
	“Voz”	Atividade Partidária (non-targeted)	Atividade de Protesto (non-targeted)
		Contato (non-targeted)	

Fonte: Adaptação de Borba (2012: 277) do trabalho de Teorell, Torcal e Montero (2007: 341)

O trabalho, dentre outros pontos, inovaria pela riqueza metodológica, complexidade das perguntas presentes nos questionários e , especificamente, ao trazer o conceito de *consumer participation*:

A incorporação do “consumer participation” como uma modalidade de participação política está relacionada às atividades de boicote ao consumo de determinados produtos, por razão de ordem ecológica ou social. Verificam-se também campanhas de estímulo a determinados hábitos alimentares e ao consumo de determinados tipos de produtos (ex. produtos orgânicos) [...] (Borba, 2012: 277)

Com esse conceito e as demais classificações presentes no texto é possível inferir que o veganismo tem validação na literatura sobre participação política. Definindo-se como uma prática política, dessa maneira, e encontrando meios referenciados de expressar sua participação política. Dada neste caso pelo boicote à produtos que não condizem com seu estilo de vida.

## **2.2 Veganismo: um movimento social?**

O veganismo propõe uma total quebra com os valores socialmente instituídos sobre o consumo e socialização dos animais como mercadoria. O sistema capitalista contribui, nesse sentido, para o imaginário do animal como forma de produto, impondo implicitamente sua utilização como obrigatória para a construção da vida em sociedade. A exemplo disto temos o boicote como uma das práticas usadas como resistência vegana:

Ao boicotarem os produtos que impõem de alguma forma exploração e crueldade aos animais, estão essas pessoas praticando um ato civil, ainda que de desobediência. Civil porque eles não invadem os abatedouros, não quebram os laboratórios que realizam pesquisas em ratos e macacos, não xingam os donos de churrascaria: apenas exercem um direito, qual seja, o de não consumir. (Disponível em: <[http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pageNum\\_artigos=1&totalRows\\_artigos=70&cod=16](http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pageNum_artigos=1&totalRows_artigos=70&cod=16)>, acesso em: 29 de maio de 2014)

Por essa e outras práticas podemos compreender, a partir do livro de Singer e nas demais fontes citadas, a movimentação do grupo vegano como parte integrante de uma ação coletiva, o que pode ser classificado na teoria dos movimentos sociais. Ainda sobre o boicote ele argumenta que:

Alguns indivíduos, às vezes, procuram justificar o ato de comer carne dizendo que o animal já estava morto quando compraram. A fragilidade desse argumento (...) deveria torna-se evidente tão logo considerássemos o vegetarianismo uma forma de boicote. As uvas colhidas por trabalhadores não sindicalizados, disponíveis para venda durante o boicote inspirado pelos esforços de César Chavez – com vistas a melhorar o salário e as condições daqueles homens -, estavam no mercado e àquela altura não era mais possível lutar pelo aumento da remuneração já recebida pelos colhedores. Da mesma maneira, não é possível devolver a vida a um pedaço de bife. Em ambos os

casos, o objetivo do boicote não é alterar o passado, mas impedir que as condições a que nos opomos continuem. (Singer, 2013: 238)

O frequente questionamento que se faz no presente trabalho é a respeito do motivo pelo qual há uma falta de associação desse tipo de movimento a um movimento social. O conceito de movimentos sociais encontra ampla definição na literatura, com diversas correntes e fases, não havendo um unicamente privilegiado. No entanto, alguns autores fazem esforços no sentido de sintetizá-lo para fins didáticos.

Nesse sentido Gohn coloca que os movimentos sociais são: “[...] ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil” (1997). Pela definição de Touraine não existiriam movimentos sociais nascidos na América Latina desatrelados ao Estado. Mas podemos considerar que movimentos nascidos em outros continentes, atuantes aqui, como movimento negro ou feminista, são independentes. Nessa perspectiva, o veganismo poderia ser considerado um movimento social por Touraine na medida em que não tem seu surgimento atrelado ao Estado, nem sequer surgido no continente. Sobre isso temos os chamados novos movimentos sociais (NMSs), que trazem diferentes abordagens, tais como:

A busca de uma nova sociedade construída sob nova base evidencia-se também pelo tipo de ação encaminhada por estes movimentos: A resistência ativa não-violenta. O movimento Ecológico e aqueles sob a influência da Igreja são os principais defensores dessa forma de luta. O movimento Feminista tem se oposto também radicalmente ao uso da violência nas relações sociais, seja no plano individual seja no plano coletivo. (Sherer-Warren, 1993: 56)

Consideramos nesse contexto, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMSs), já que uma questão levantada seria qual teoria, dentre a grande gama de teorias de movimentos sociais, poderia verificar a identificação do veganismo como movimento social. Sobre a TNMSs:

Ligada à tradição neomarxista de pensamento e privilegiando os novos atores políticos emergentes na sociedade europeia (especialmente o movimento pacifista, o movimento ecológico, os movimentos nacionalistas-regionais e os movimentos de gênero, como o feminista ou o de negros), esta abordagem busca nestes novos atores o seu papel de transformação, especialmente a partir da defesa de inovações culturais na sociedade (as lutas feministas são um bom exemplo). Deste modo, esta abordagem enfatiza especialmente o caráter não ou antiinstitucional destes atores, fundada no fato de que estes buscam a construção de uma auto-identificação ou defesa de uma identidade específica. Para a TNMS, os movimentos sociais são forças que buscam mudar a estrutura da sociedade. Mais do que reivindicar interesses específicos, eles atuam sobre o mundo da cultura e das relações sociais buscando renovar as formas de vida coletiva. (Sell, 2007: 189)

Importante parágrafo do texto, que vai de encontro exatamente com a proposta do veganismo, que: possui caráter antiinstitucional; a defesa de uma identidade específica; e buscam mudar a estrutura da sociedade, já que a forma como a sociedade vê os animais sencientes não humanos é especista e esse pensamento ser mudado é ponto de partida das ações do veganismo em prol da defesa dos animais, isso muda toda uma questão do significado que a carne representa simbolicamente. Nesse contexto, é importante observar o papel de destaque que os movimentos sociais, dos quais encontram respaldo também dentro da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Como menciona Boaventura Santos (2005) e Ilse Sherer-Warren (1993) os novos movimentos não são tão novos assim, já haviam iniciado anteriormente como no caso dos movimentos negro, feminista e pacifista. Sendo o movimento ecológico/verde criados em períodos mais recentes. É possível notar o veganismo com um relacionamento muito estreito com o movimento pelo direitos dos animais e também com o movimento ecológico, trazendo em si parte do ideal desses movimentos, por sua vez intitulados como novos. Dessa forma:

A maior novidade dos NMSs é que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo. Através da identificação das novas de opressão que ultrapassam as relações de produção e sequer são específicas delas, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo e produtivismo; e da defesa de um novo paradigma social, mais baseado na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e no bem-estar material, os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem não só o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma única classe social e sim grupos sociais transclassistas como um todo. (Santos, 2005: 177)

A partir dessa distinção podemos dizer que os movimentos clássicos dizem respeito aqueles surgidos no contexto de crescimento industrial, dos operários/sindicais que tinham, principalmente, pautas classistas. A diferença reside no fato de que:

[...] Quanto mais forte a vivência social da dominação nas relações de produção tenha sido no passado, mais intenso será agora seu caráter socialmente difuso. A mais-valia pode ser sexual, étnica, religiosa, geracional, política, cultural; pode fazer parte das relações desiguais entre grupos de pressão, partidos ou movimentos políticos que decidem o armamento e o desarmamento, a guerra e a paz; e pode inclusive fazer parte das relações sociais de destruição entre a sociedade e a natureza, ou melhor, entre os chamados recursos “humanos” e os chamados recursos “naturais” da sociedade. (Santos, 2005: 179)

Isso os difere dos novos movimentos sociais, já que no segundo caso não existe uma homogeneidade classista, que por fim agrega diferentes classes: como no caso do ecológico e feminista, onde predominam a classe média. Sobre os movimentos, quando construídos a partir de determinados problemas sociais:

“Além das dificuldades a serem superadas, existem bens cuja necessidade não é a de seu consumo, mas justamente o contrário, a de sua preservação ou uso controlado. A defesa de tais bens levou aos movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas etc.” (Gohn, 2006: 269).

A preservação e o direito à vida animal representa, nesse sentido, grave problema de origem social aos adeptos do movimento. Já que o consumo de produtos de origem animal é vinculado a problemas de saúde, impacto ambiental e questões éticas. Neste último ponto, a quinta categoria, de movimentos sociais construídos a partir de ideologias, também encontra termo:

(...), todo movimento social tem uma ideologia. Entretanto, determinadas ideologias constroem, ao longo da história, uma utopia, ou seja, um ideal, um propósito que mobiliza as pessoas para luta; são dotadas de um conjunto de crenças que negam o instituído e repõem um novo paradigma para a ação e para o pensamento. (Gohn, 2006: 271)

Pela síntese estabelecida pela autora do livro, é possível compreender, a princípio, o entendimento do veganismo como um movimento social, seja pelos novos valores que representa como respeito à natureza e na cultura e relações sociais, na medida em que deixa de socializar os animais como produtos.

### **Considerações Finais**

Tendo em vista o crescimento do veganismo, que não pode ser observado somente como dieta alimentar, mas estilo de vida, é importante observar de que maneira esse grupo se relaciona com o restante da sociedade, que integra matérias-primas de origem animal em quase todos os seus produtos e setores. A relevância do tema vai além também da questão dos direitos dos animais, ou ética em relação a estes, já que constituem um grupo que efetivamente contribui para a diminuição do impacto ambiental em diversos níveis. Nesse contexto, observar o veganismo como um movimento social, traz um novo viés de estudo dentro das pesquisas sobre movimentos sociais.

É justo e importante considerar a importância de um campo como o da ciência política, que se ocupa de uma forma diferente e necessária para a construção do

conhecimento em termos de política. Dessa maneira, as relações com a sociedade podem, no referido trabalho, encontrar maior respaldo na produção já estabelecida da área da sociologia política.

Observou-se que as práticas alimentares e demais ações que permeiam a identidade desse grupo implicariam em uma forma de prática política que teria respaldo nos estudos de participação política. Pelas novas tipologias de participação política consideramos aquelas que comportam a modalidade de participação direta e não-violenta e, principalmente, aos canais de extrarrepresentação de expressão política como o protesto e a “consumer participation”, sendo este último a referência central do trabalho no que diz respeito à participação política do grupo vegano. Também considerando as teorias de movimentos sociais reforçando alguns desses pontos. Sobre elas considera-se, principalmente a TNMSs, que apresenta ampla identificação com o veganismo, tal como sua ação não ou antiinstitucional; buscam mais do que direitos, mas uma renovação cultural, pela mudança no pensamento especista no caso *vegan*, transformando os valores e estrutura da sociedade.

### **Referências Bibliográficas**

Assis, Érico Gonçalves de., (2006) *Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo*. Universidade do vale do rio dos sinos – unisinos. Programa de pós-graduação em ciências da comunicação. Dissertação de mestrado.

Borba, Julian., (2012) *Participação política: uma revisão dos modelos de classificação*. Revista sociedade e estado – v. 27 número 2 – maio – agosto.

Canesqui, Ana Maria., (1988) *Antropologia e alimentação*. Revista de saúde pública, 22 (3): 207-16.

Easton, David., (2002) *Development of political science*. Routledge,

Fucks, Mario. *Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social*. Trabalho apresentado no xxiv encontro anual da anpocs, 23-27 de outubro de 2000, petrópolis, rio de janeiro.

Disponível em:

<[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4788&itemid=357](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4788&itemid=357)> acesso em: 19 de nov. de 2013.

Gohn, Maria da G., (1997) *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.

Guiddens, Anthony. (2000) *Manual de sociologia*. Alianza editorial.

Huntington, s.; Nelson, j. M., (1977) *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge, Harvard university press.

Inglehart, R.; welzel, C., (2009) *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis.

Ibope. *Instituto brasileiro de opinião pública*. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/dia-mundial-do-vegetarianismo-8-da-populacao-brasileira-afirma-ser-adepta-ao-estilo.aspx>> acesso em: 10 de jan. de 2014.

Instituto de abolição animal. Disponível em: <[http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pagenum\\_artigos=1&totalrows\\_artigos=70&cod=16](http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos.php?pagenum_artigos=1&totalrows_artigos=70&cod=16)>, acesso em: 29 de maio de 2014

Instituto nina rosa. Disponível em: <<http://www.institutoninarosa.org.br/site/>>. Acesso em: 20 de dez. 2013.

Jordan, Tim. (2002) *Activism!*. London: reaktion books.

Machado, Jorge Alberto S., (2007) *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. Sociologias, porto alegre, ano 9, nº 18, jul./dez.:248-285.

Milbrath, L. W., (1965) *Political participation*. Chicago: Randmcnally.

Pasquino, G., (2010) *Curso de ciência política*. 2ª ed. Lisboa: Princípia.

Pizzorno, A., (1966) *Condizioni dela partecipazione politic*. In: pizzorno, a. *Le radici dela política assoluta*. Milano, feltrinell.

Poulain, Jean- pierre; Proença, R., (2003) *O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares*. Rev. Nutr., campinas, 16(3):245-256, jul./set.

Sabucedo, J.M.; Arce, C., (1991) *Types of political participation: a multidimensional analysis*. In: european journal of political research, vol. 20, number 1: 93-102.

Sell, Carlos E., (2006) *Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia*. Ed. Vozes, RJ.

Sociedade Vegan. Disponível em: <<http://www.sociedadevegan.com/discriminacao-animais-especismo#sthash.8iwgajp3.dpuf>>. Acesso em: 20 de nov. de 2013.

Sociedade Vegana. Disponível em: <[sociedadevegana.org](http://sociedadevegana.org)> acesso em: 26 de nov. de 2013.

Scherer-Warren, I., (1993) *Redes de movimentos sociais*. 3ª ed. Edições Loyola, São Paulo.

Singer, Peter. (2013) *Libertação animal*. São paulo: editora Wmf martins Fontes.

Sousa, Boaventura Santos. (2005) *Os novos movimentos sociais*. In: leher, roberto e setúbal, mariana (orgs.) “pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis”. São paulo: Cortez.

Teorell, J. Torcal, M., Montero, (2007) *J.R. Political participation: mapping the terrain*. In: van deth, montero, j.r. & westholm, a. (eds.), *citizenship and involvement in european democracies: a comparative analysis*. London: routledge: 334-357.

Terráqueos. *Earthlings*. Disponível em: <http://www.terraqueos.org/>. Acesso em: 10 de jan. de 2014.

Verba, S.; Nie, N. H. *Participation in america – political democracy and social equality*. Harper & row publishers: new york, 1972.